

Diretor demite-se e acusa Funai

Com uma exposição de motivos de 16 laudas, o diretor do Departamento Geral de Operações da Funai — Fundação Nacional do Índio — Amaury Sadock de Freitas Filho, solicitou seu afastamento do cargo ao presidente do órgão, general Bandeira de Mello. No documento, Sadock afirma que seu pedido "não é uma atitude de fuga da luta pela causa indigenista. Constitui-se, com efeito, um alerta leal à presidência da Funai, antes de sê-lo às autoridades superiores responsáveis pela plena execução das disposições prescritas pela Constitui-

ção, lei 5.371, o Estatuto e Regimento Interno".

Amaury Sadock fez uma síntese da programação da Funai nos setores de Saúde e Educação, atendo-se no final ao campo administrativo. Em resumo, revela as seguintes falhas da Fundação Nacional do Índio: o desrespeito ao regimento interno da Funai; às diretrizes administrativas para 1973, da própria presidência do órgão; e às decisões da Junta de Planejamento e Coordenação; a existência de uma "macrocefalia administrativa" que, além de onerosa à Funai e em detrimento das unidades

regionais, vem causando sérios tumultos administrativos; a quebra da disciplina hierárquica; e a falta de apoio ao Departamento Geral de Operações, órgão responsável pela Coordenação das Unidades Regionais — e consequente impossibilidade de seu diretor exercer plenamente as funções que lhe são atribuídas.

Citando números, fazendo comparações, Amaury Sadock justifica sua saída e pede que o documento seja encaminhado ao ministro do Interior para as providências cabíveis.

O sacrifício foi inútil

Apesar de veterano em contatos com comunidades indígenas, Amaury Sadock somente foi convidado para dirigir um dos departamentos da Funai, em junho de 1970. Recebeu a promessa de apoio irrestrito aos programas de assistência ao índio, e iniciou sua missão.

Logo no princípio, Amaury percebeu que "a missão seria de sacrifícios não pelo trabalho que demanda, mas pela falta de meios de cumpri-la na sua plenitude".

Iniciou seu trabalho com a preocupação de dotar o Departamento que dirigia e a Funai de uma estrutura que permitisse um trabalho objetivo e dinâmico, em função das comunidades indígenas. Elaborou um Plano Diretor para o órgão, sugeriu a criação de um Curso Piloto de Indigenismo e ainda um Mercado Comunitário. O Plano Diretor não foi aplicado. O Curso Piloto de Indigenismo teve o último estágio de trabalho de campo cancelado, ficando o Plano Integrado do Baixo Amazonas sem ser executado. Na oportunidade, Amaury Sadock aceitou como causa do não atendimento a essas proposições a falta absoluta de recursos.

No ano de 1971, um dos programas de trabalho considerados prioritários era o da im-

plantação do Plano de Saúde, bem como o primeiro plano para o setor Educação. Para executá-los era indispensável a organização econômica das comunidades indígenas. Amaury Sadock elaborou um trabalho de levantamento em todas as delegacias regionais, que foi apresentado à presidência da Funai, sob o título de Plano Integrado de Assistência às Comunidades Indígenas. Na oportunidade, nenhuma importância foi dada ao trabalho nem as necessidades nele apontadas foram levadas em conta para a elaboração do próximo exercício financeiro da Funai.

A mudança do Regimento provocou a designação de Amaury para o Departamento Geral de Operações. Na ocasião foram publicadas as diretrizes administrativas para 1973, garantindo a continuidade dos programas em execução, dando prioridade para o reequipamento das delegacias regionais e postos indígenas. Contudo, essas determinações e prioridades não foram seguidas, exatamente pela presidência da Funai, o que motivou a intenção de Amaury Sadock de demitir-se.

POLÍTICA DE PESSOAL

No documento (ofício n.º 268/DGO de 2-8-73), encaminhado ao presidente da Funai,

Amaury discordou inteiramente do general Bandeira de Mello, em vários setores da administração central.

Em junho de 1970, diz Amaury, o número de servidores da Funai lotados em Brasília era de 101. Em março de 1973, esse número elevou-se para 216. Pela folha de pagamento de pessoal de março de 1973 constavam-se despesas totais, com pessoal da ordem de Cr\$ 1.070.000,00, sendo que na sede as despesas elevaram-se a Cr\$ 475.000,00 — 44,39 por cento. "Esses números são claros e excludentes de qualquer dúvida", afirma Amaury.

Fazendo comparações, o diretor do Departamento Geral de Operações da Funai cita o não preenchimento de claros existentes nas Unidades Executivas Regionais, inclusive nos Postos Indígenas, cogitando-se de novas contratações para os recém-criados órgãos da sede.

Na carta-querrela, Amaury Sadock explicou com detalhes os motivos pelos quais não aceitou a direção do DGPC. Segundo afirma, abriu mão do cargo para que fosse nomeado um elemento de grande competência e capacidade técnica comprovada no campo da antropologia aplicada, pois sentia um homem de ação, afeito e experimentado em organização e direção de trabalhos de campo.

Números provam falhas

Amaury Sadock fala também da redução de metas para as atividades essencialmente assistenciais, citando como exemplo as seguintes: a verba para aquisições de medicamentos em 1972 foi de 700 mil cruzeiros, baixando para 500 mil cruzeiros em 1973, apesar de ter sido insuficiente a do ano anterior; para os programas de saúde, em 1972 foram reservados Cr\$ 2.100.000,00 e para 1973 apenas Cr\$ 1.760.000,00; um milhão de cruzeiros foram destinados à educação no ano de 1972; sendo de Cr\$ 470.250,00 a dotação para 1973. Para Amaury, "esta demonstração matemática traduz o descaso pelo objetivo principal da Funai, o índio".

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

O plano de aquisição de medicamentos, mereceu atenção especial de Amaury, em sua carta ao general Bandeira de Mello. Disse que a fim de suprir as Farmácias Padrão dos Postos Indígenas, o plano de 72 teve o cuidado e previsão inclusive de manter um estoque até 31 de março de 73.

Quando da implantação do novo regimento interno, explica Amaury, o presidente da Funai determinou que o plano para 1973 fosse elaborado também pelo DGO. Como até 25 de abril de 73 o trabalho não tivesse surgido, ficou decidido em reunião, que para o primeiro semestre de 73 valer o plano do ano anterior.

O plano para 1973 chegou ao Departamento Geral de Operações somente em maio deste ano. Amaury verificou uma série de impropriedades e inadequações e as levou ao presidente da Funai. Dentre as impropriedades destacou quatro:

a) — Dotação de psicotrópicos e entorpecentes para os postos indígenas o que a legislação em vigor não permite;

b) — Aquisição de equipamento para aplicação de soro sem previsão de compra deste produto, que já havia sido retirado das farmácias desde 1972, por impraticabilidade de aplicação;

c) — Aquisição de 5.200 ampolas de Methergin anti-hemorragico para o Hospital do Índio, quando o atendimento do ano anterior naquele hospital fora de apenas seis casos;

d) — Aquisição de 20 (vinte) latas de leite em pó para um trimestre ao 4.º DR, para atender 26 postos indígenas.

AQUISIÇÃO DE VIATURAS

Amaury Sadock denuncia na carta ao general Bandeira de Mello o problema relativo a aquisições de viaturas pela Funai. Diz que em junho de 1970 a Funai possuía, rodando em Brasília, 13 viaturas, o que foi considerado excessivo. Atualmente, este número eleva-se a 22. Somente em 1973 foram adquiridos três Opalas, uma Veraneio e uma Kombi.

Enquanto se compram carros para Brasília, afirma Amaury, as Unidades Executivas Regionais, inclusive os postos indígenas, continuam carentes de transporte, onde justamente se torna mais necessário.

DESPESAS DE CONDUÇÃO

Negam-se recursos para o deslocamento e estágio de dois odontólogos em uma unidade médico-sanitária do SESP em função de um convênio, para um estágio de 30 dias a fim de receberem instruções técnicas quanto à aplicação tópica do fluor, do programa de saúde — odontologia sanitária. Há porém recursos, diz Amaury, para deslocar três funcionários a Belém (passagens e diárias) para assistirem apenas a um Congresso de Biblioteconomia. "Este fato diz bem alto de

quanto suas opções são alheias ao bem-estar da comunidade indígena", afirma Amaury.

"Ampliar-se as dependências da sede da Funai em Brasília, aumentam-se as despesas com novos alugueis; enquanto isso, por exemplo, na sede da 1.ª DR, em Manaus, os índios em trânsito, por vezes até com doenças graves, estão sendo alojados precariamente num velho e imprestável barco enconstado no barranco do rio, sem condições mínimas de higiene e conforto, por falta de recursos para se montar uma Casa do Índio na região", denuncia Amaury em sua carta.

NOVOS EQUIPAMENTOS

Segundo dados fornecidos pela Divisão Financeira da Funai, o presidente do órgão autorizou gastos para equipamentos na sede num valor superior a Cr\$ 350.000,00. Somente para o DGPC, diz Amaury, adquiriu-se entre outros os seguintes equipamentos: 14 poltronas giratorias, sendo que uma delas ao custo de Cr\$ 1.263,67; cinco mesas para funcionários a Cr\$ 869,00 além de mais uma para o diretor, que anteriormente já possuía sua mesa, ao custo de Cr\$ 1.550,00; seis máquinas de escrever, totalizando Cr\$ 40.078,40; duas máquinas de calcular a Cr\$ 10.750,00; 29 cestos para papéis usados ao custo unitário de Cr\$ 93,00.